



São Paulo, 10 de outubro de 2024

Ao

Banco Central do Brasil

Prezados,

Em cumprimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022 do Banco Central do Brasil, encaminhamos as Demonstrações Financeiras da Pinbank Brasil Instituição de Pagamentos S.A, relativas ao semestre findo em 30 de junho 2024, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A Administração da Pinbank declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A

Atenciosamente,

Felipe Domenico Negri
Administrador
CPF 304.110.998-09

Reinaldo Dantas
Contador
CRC 1SP110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024**

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da Administração

O Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Pinbank") tem o prazer de apresentar suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024. Essas demonstrações foram elaboradas com base nas práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Constituída em 23 de outubro de 2012, o Pinbank é uma empresa privada com sede em São Paulo. Atua como instituição de arranjo de pagamento, oferecendo aos clientes uma conta de pagamento pré-paga, que permite a realização de pagamentos e transferências entre pessoas e empresas. Nossa missão é democratizar o uso de contas digitais e serviços financeiros entre pequenos e médios varejistas "offline", tornando-nos seu principal parceiro financeiro, sendo uma solução completa ("one stop shop").

Nossa trajetória teve início com o desenvolvimento de tecnologia própria para gestão de pagamentos, evoluindo para serviços de subadquirência e adquirência, além da oferta de meios de pagamento integrados ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Fomos uma das instituições pioneiras homologadas pelo Banco Central do Brasil para operar o PIX de forma direta em 2022. Em 24 de agosto de 2022, a Pinbank também foi classificada como uma instituição de pagamento S5 - Tipo 2, regulada pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022.

Seguimos investindo significativamente em tecnologia e inovação. Participação ativa no desenvolvimento do DREX ("Real Digital") em conjunto com o Banco Central do Brasil, tecnologia para processamento e adquirência própria e constante melhoria em nossa arquitetura operacional do PIX direto, alcançando níveis excepcionais de volume e transações por segundo (TPS), conforme monitoramento do próprio Banco Central.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2024, a Pinbank registrou um lucro líquido de R\$ 6,5 milhões, um crescimento de 48% (R\$ 3,4 milhões) em comparação aos R\$ 3,1 milhões obtidos no primeiro semestre de 2023. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho estão detalhados abaixo:

- **Receita de prestação de serviços:** Totalizou R\$ 59,860 milhões, substancialmente representada pelas receitas da Conta Digital, adquirência e intermediação financeira. Este montante representa um aumento de 34% (R\$ 20,109 milhões) em relação aos R\$ 39,751 milhões registrados no primeiro semestre de 2023.

- **Receita de prestação de serviços:** Totalizou R\$ 59,860 milhões, substancialmente representada pelas receitas da Conta Digital, adquirência e intermediação financeira. Este montante representa um aumento de 34% (R\$ 20,109 milhões) em relação aos R\$ 39,751 milhões registrados no primeiro semestre de 2023.
- **Despesas administrativas:** Totalizaram R\$ 24,433 milhões no primeiro semestre de 2024, uma redução de 10% (R\$ 2,657 milhões) em comparação aos R\$ 27,090 milhões do primeiro semestre de 2023, principalmente devido à redução de despesas com prestadores de serviços e processamento de dados.

São Paulo, 09 de outubro de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretoria e Conselho de Administração da
Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.**, (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.**, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes - 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, cujo relatório foi emitido em 7 de maio de 2024 contendo ressalva quanto a ausência de documentação apropriada e suficiente no valor de R\$ 1.112 mil referente a receita de prestação de serviço - Locação de Terminais, não sendo mais necessárias para o semestre findo 30 de junho de 2024. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de outubro de 2024.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 17.079.937/0001-05

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores em R\$ mil)

Ativo	Notas	30/06/24	31/12/23
Circulante		327.377	311.849
Disponibilidades	4	2.831	2.323
Instrumentos financeiros		320.961	305.794
Aplicação interfinanceira de liquidez	4.a	72.241	95.092
Títulos e valores mobiliários	4.a	3.639	2.616
Relações interfinanceiras	4.b	245.081	208.086
Outros créditos	5	3.585	3.732
Rendas a receber		1.193	1.269
Outros créditos - Diversos		2.371	2.463
Despesas antecipadas		21	-
Não circulante		5.573	6.040
Imobilizado de uso	6.a	3.142	3.323
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		5.154 (2.012)	4.855 (1.532)
Intangível	6.b	2.431	2.717
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		2.862 (431)	2.862 (145)
Total do ativo		332.950	317.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas

Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF): 17.079.937/0001-05

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores em R\$ mil)

Passivo

	Notas	30/06/24	31/12/23
Circulante		297.060	286.701
Instrumentos financeiros		289.317	274.841
Depósitos	7	221.623	199.427
Relações interfinanceiras	8.a	67.694	75.414
Outros passivos		7.743	11.860
Sociais e estatutárias	8.c	-	5.000
Fiscais e previdenciárias	9	2.071	1.216
Diversas	8.b	5.672	5.644
Não circulante		149	305
Provisões		149	305
Diversas - passivos contingentes	8.b e 10	149	305
Patrimônio líquido		35.741	30.883
Capital:	11	23.580	23.580
De Domiciliados no país		23.580	23.580
Reservas de lucros	11.b	5.690	7.303
Lucros acumulados		6.471	-
Total do passivo e patrimônio líquido		332.950	317.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas

Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

Demonstrações do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Valores em R\$ mil)

	Notas	30/06/24	30/06/23
Receitas de intermediação financeira		9.157	6.872
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13	9.157	6.872
Resultado bruto da intermediação financeira		9.157	6.872
Outras receitas/(despesas) operacionais		866	(1.033)
Receitas de prestação de serviços	13	50.703	32.879
Despesas de pessoal		(3.575)	(3.451)
Outras despesas administrativas	14	(24.433)	(27.090)
Despesas tributárias	15	(5.102)	(2.907)
Provisão/(reversão) de provisões operacionais		157	-
Outras receitas operacionais		17	-
Outras despesas operacionais	16	(16.901)	(464)
Resultado operacional		10.023	5.839
Resultado não operacional		-	(399)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		10.023	5.440
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(3.552)	(2.358)
Provisão para imposto de renda		(2.596)	(1.471)
Provisão para contribuição Social		(956)	(887)
Lucro líquido dos semestres		6.471	3.082
Nº de ações:		1.746.667	1.746.667
Lucro líquido dos semestres por ação (R\$)		3,70	1,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Valores em R\$ mil)

	30/06/24	30/06/23
Lucro líquido dos semestres	6.471	3.082
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	6.471	3.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas

Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores em R\$ mil)

Semestre de 01/01/24 a 30/06/24						
	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/01/24		23.580	1.324	5.979	-	30.883
Lucro líquido do semestre		-	-	-	6.471	6.471
Destinações:		-	-	(1.613)	-	(1.613)
Dividendos obrigatórios	12	-	-	(1.613)	-	(1.613)
Saldos no fim do semestre em 30/06/24		<u>23.580</u>	<u>1.324</u>	<u>4.366</u>	<u>6.471</u>	<u>35.741</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.613)</u>	<u>6.471</u>	<u>4.858</u>
Semestre de 01/01/23 a 30/06/23						
		Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/01/23		4.210	842	728	21.309	27.089
Aumento de capital		19.370	-	-	(19.370)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.082	3.082
Destinações:		-	1.939	-	(1.939)	-
Reserva Legal/Estatutária	11.b	-	1.939	-	(1.939)	-
Saldos no fim do semestre em 30/06/23		<u>23.580</u>	<u>2.781</u>	<u>728</u>	<u>3.082</u>	<u>30.171</u>
Mutações do semestre:		<u>19.370</u>	<u>1.939</u>	<u>-</u>	<u>(18.227)</u>	<u>3.082</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas

Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método indireto) Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Valores em R\$ mil)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos semestres	6.471	3.082
Depreciações e amortizações	766	907
Reversão de provisões para passivos contingentes	(156)	-
Provisão de impostos no resultado	3.552	2.358
Lucro líquido do semestre ajustado	10.633	6.347
Varição de ativos e obrigações	(25.041)	(28.449)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(36.995)	(46.536)
(Aumento) redução de outros créditos	550	3.480
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	14.476	17.382
Aumento (redução) em outros passivos	413	2.462
Aumento (redução) Imposto de renda e contribuição social	(3.485)	(5.237)
Caixa líquido (aplicado) das atividades operacionais	(14.408)	(22.102)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações de:		
Imobilizado de uso	-	3.083
Aquisição em:		
Imobilizado de uso	(299)	(19)
Inversões líquidas no intangível	-	(1.379)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de investimento	(299)	1.685
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos/Lucros pagos	(6.613)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.613)	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(21.320)	(20.417)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	100.031	119.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	78.711	98.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1 SP 110330/O-6

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) iniciou suas operações em 23 de outubro de 2012 com a denominação TI-Pagos Brasil Participações Ltda. Em 17 de outubro de 2016 os sócios aprovaram a transformação de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado regida por estatuto próprio e legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia tem por objeto prestação de atividades de intermediação de serviços e negócios em geral e como instituição de pagamento nas modalidades indicadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros. Adicionalmente pode prestar serviços de consultoria empresarial, serviços relacionados a assessoria e consultoria técnica em serviços de informática e tecnologia da informação.

A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo estado de SP, no logradouro Alameda Araguaia, número 1063, 4ª andar - conjunto 401 - Bela Vista.

Em 23 de agosto de 2022, foi publicada autorização pelo BACEN para a Companhia funcionar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica e no final de dezembro de 2022 o BACEN autorizou a Companhia a operar como credenciadora adquirente.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o artigo 14 da Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) aplicáveis as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de março de 2022, foi publicada a Resolução BCB nº 219/2022 alterado pela BCB nº 352/2023, que trata sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Pinbank Brasil observou a necessidade de adaptar as atividades internas e implementar os controles necessários visando a adoção da Resolução. Para as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas para o melhor julgamento que afetam os montantes registrados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Neste cenário de adoção da Resolução BCB nº 352/2023, a Companhia não espera variações significativas decorrentes de alterações nessas estimativas, visto que no modelo de negócio não há risco de crédito significativo e a maior mudança será na estrutura de classificação dos ativos e passivos financeiros. Em continuidade ao processo de implementação do IFRS divulgado em nota explicativa de 12/2023, a Companhia informa que o cronograma inicial foi ajustado. As etapas intermediárias de implementação sofreram postergações devido à complexidade adicional identificada durante o processo de mapeamento dos produtos aplicáveis e preparação das informações contábeis.

Apesar dessas mudanças, a Companhia reitera que a aplicação inicial da Resolução BCB 219/2022 está mantida para 01 de janeiro de 2025. As etapas restantes do plano de implementação, que incluem a elaboração da matriz de reconhecimento de ativos e passivos, o mapeamento dos controles necessários, a elaboração de modelos de cálculo de perda esperada e a adaptação do plano de contas interno, serão realizadas até o final de 2024.

A Companhia reforça seu compromisso com a conformidade às normas internacionais de contabilidade e seguirá empenhada em cumprir com o novo cronograma ajustado, garantindo a qualidade e a integridade das informações financeiras apresentadas.

A Companhia, por atuar como emissor de moeda eletrônica e desempenhar atividades relacionadas a este serviço, mantém contas de pagamentos de clientes onde os saldos não utilizados por estes permanecem depositados em suas contas de pagamento junto à Companhia, a qual deve a realizar pelo regulatório a salvaguarda destes montantes em títulos públicos. A Companhia, observando orientações do órgão regulador está organizado para manutenção das obrigações como salvaguarda das operações com clientes.

Tal serviço segue critérios estabelecidos na Lei nº 12.865/2013 e da Resolução do BACEN nº 4.282/2013, os quais dispõem sobre os arranjos de pagamentos que integram o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), bem como seus instituidores, disciplinando a prestação de determinado serviço de pagamento ao público.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a abertura e manutenção de contas pré-pagas de forma interativa e digital e a suas movimentações, em especial de saída, a Companhia realiza a liquidação de diferentes formas de pagamento digitais, utilizando a modalidade de Correspondente Bancário de um banco de primeira linha no Sistema Financeiro Nacional especificamente para pagamento de Tributos e Boletos. Dentre as transações de liquidação de pagamentos vigentes em 2024 podem ser elencadas o DOC, o TED, Boletto, PIX e Contas de Pagamento diversas dentre elas contas de consumo e tributos.

Com a autorização oferecida em agosto de 2022, em 16 de novembro de 2022, Pinbank Brasil Instituição de Pagamentos começou a operar junto ao Sistema Brasileiro de Transferência, ISPB - Identificador do participante junto ao Banco Central para o Sistema de Pagamentos Brasileiro sob número 17079937 e o número Código - 529, incluído na Lista de Participantes do STR - BACEN Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos - Deban Relação de participantes do STR - Ambiente de produção, publicada diariamente no pelo Banco Central e, disponível no Site do Regulador. A Pinbank IP, foi autorizada a entrar em produção com Conta PI, em 07/06/2023, juntamente com as operações PIX, como PSP - Participante Direto, com acesso via RSFN - Infraestrutura Própria.

A Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A., conforme aprovação pelo Banco Central, está se preparando para pertencer a arranjos de pagamento autorizado junto a bandeiras de cartão de débito e crédito, realizando credenciamento de estabelecimentos e permitindo que estes façam vendas e recebam por meio de transações de pagamento via cartão de débito e crédito. Estas vendas podem ser oferecidas em três diferentes modalidades:

- Débito transação de única parcela de liquidação em curtíssimo prazo;
- Crédito à vista (neste caso, o ciclo de recebimento é de, até trinta dias), que reflete apenas uma única parcela;
- Crédito parcelado sem juros (credenciado receberá em ciclo de até trinta dias cada uma das parcelas), que pode ser ofertado pelo credenciado entre duas a doze parcelas.

Será oferecido, previamente via autorização e contrato digital, a opção de realizar o credenciado realizar antecipação de seus recebimentos para o caso de Crédito à vista ou parcelado.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 8 de outubro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7:** detalhamento do ativo imobilizado, e e intangível;
- **Nota 12:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Bacen:

- **CPC 01:** Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- **CPC 03 (R2):** Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- **CPC 04 (R1):** Ativo Intangível - BACEN/CMN - 4.534/16
- **CPC 10 (R1):** Pagamento baseado em ações aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- **CPC 25:** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- **CPC 24:** Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- **CPC 23:** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **CPC 27:** Ativo Imobilizado - BACEN/CMN - 4.535/16
- **CPC 33 (R1):** Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- **CPC 46:** Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

2.2. Classificação entre circulante e permanente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação em reapresentação como realizável (circulante) ou Permanente (não circulante).

Um ativo é classificado no realizável (circulante) quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;

Todos os demais ativos são classificados como permanente (não circulantes).

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas ao valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existem na Companhia operações com moedas estrangeiras. Em caso existir, a prática é de que serão convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. O ganho ou a perda cambial em itens monetários será por adoção de prática a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (“CA”); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Conforme a Resolução BCB nº 352, art. 4º, subseção I, classificação de ativos financeiro: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e (ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificada.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 352, optar por classificar na categoria valor justo no resultado os ativos financeiros que seriam classificados nas demais categorias, desde que essa classificação tenha a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil.

(b) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Conforme a Resolução BCB nº 352, Art. 12 as compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da aquisição, origemação ou emissão. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado, embora a política seja conservadora quanto ao risco destes ativos e segue a normativa regulatória de buscar ativos de liquidez imediata e de risco mitigado, como é o caso oferecido pela escolha dos títulos públicos.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”;
- a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Passivos financeiros - classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Passivos financeiros - mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo:

- **Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação dos títulos e valores mobiliários da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 5.a

2.7. Outros Créditos

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Devido a novos negócios, a Companhia está considerando revisar a política de perdas.

2.8. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado e intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Provisão para perdas na realização destes ativos são constituídas quando houver indicação razoável de que perdas possam vir a ocorrer. Considerando os valores correntes e de reposição, geral e atualmente praticados, além da vida útil estimada para os ativos, a administração entende que não há necessidade de constituição de qualquer provisão para perdas, neste momento.

ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Intangíveis

As despesas registradas decorrentes da implantação de novas bandeiras envolvendo meios de pagamento (Elo, Visa e Mastercard) estão sendo alocadas em ativos intangíveis por se tratarem de gastos com a implantação.

2.9. Passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, se for o caso.

2.10. Depósitos

Os depósitos em conta de pagamento referem-se às emissões de moeda eletrônica pré-paga em nome dos clientes, através de saldos carregados nas contas de pagamento na plataforma da Companhia e disponíveis para utilização ou saque conforme nota explicativa nº 9.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.12.1. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

▪ Contingências ativas:

Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

▪ Contingências passivas:

São reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme CPC 25 e quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

São classificadas internamente como perda provável (provisão de 100% do valor do processo) e possível conforme premissas da administração.

2.13. Apuração do resultado.

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pelo critério pro rata die, sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13.1. Receita de prestação de serviço

A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão.

2.13.2. Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

2.14. Impostos sobre receita de prestação de serviços, Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido

A Companhia utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real e calculando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. A prática utilizada para o imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados estão de acordo com a Resolução BCB n° 15/20.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros conforme Resolução CMM n° 4.842 de junho de 2020 e suas alterações e BCB 15 de setembro de 2020 e suas alterações.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos sobre a receita de prestação de serviços e receita financeira - PIS (Programa de Integração Social) ; COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ISS (Imposto Sobre Serviços) são calculados pela alíquota de 0,65%; 4,00% e 5% (São Paulo) e 2% (Barueri) respectivamente sobre as receitas financeira e alíquota de 1,65% e 7,6% de prestações de serviços, apuradas mensalmente e recolhidas no mês subsequente ao da data base.

2.15. Demonstração de fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº2 de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como não recorrente aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observando esse regramento a Administração considera que o lucro da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2024 de R\$ 6.471 (3.082 em junho 2023), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

2.17. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3. Principais regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em 9 de outubro de 2013, foi editada a Lei Federal nº 12.865/13 que incluiu os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), e atribuiu competência para que, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, o BACEN passe a regular as referidas atividades. Ato contínuo, em 4 de novembro de 2013, o Conselho Monetário Nacional gravou as Resoluções nº 4.282 e 4.283 que estabeleceram as diretrizes que devem ser observadas pelo BACEN e, este publicou as Circulares sob nº 3.680, 3.681, 3.682 e 3.683 que passam a regular as atividades dos arranjos e as instituições de pagamento, no prazo de 180 dias após a data de sua publicação. A Administração visa acompanhamento das recentes divulgações de normas do órgão regulador, visando estar em plena conformidade com o conjunto normativo, desde o início de sua vigência.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades		2.831	2.323
Aplicações Financeiras	5.a	72.241	95.092
Títulos e valores mobiliários	5.a	3.639	2.616
Total		78.711	100.031

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações Financeiras	72.241	95.092
Títulos e valores mobiliários	3.639	2.616
	<u>75.880</u>	<u>97.708</u>

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>30/06/2024</u>
Títulos Públicos			
Aplicações Financeiras			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	72.241		72.241
Títulos e valores mobiliários			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.261	-	1.261
Títulos Privados			
Cerificado de Depósito Bancário (CDB)	2.378	-	2.378
Total	<u>75.880</u>	<u>-</u>	<u>75.880</u>

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos Públicos			
Aplicações Financeiras			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	95.092	95.092
Títulos Privados			
Cerificado de depósito bancário (CDB)	358	-	358
Fundo de Investimento	2.258	-	2.258
Total	<u>2.616</u>	<u>95.092</u>	<u>97.708</u>

4.b. Relações Interfinanceiras Ativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber aquirencia própria	55.140	49.116
Valores a receber subadquirente	12.664	40.400
Valores a receber - outros	15.597	12.849
Saldo Conta Reserva - SME ¹	139.713	10.000
Saldo Conta PI - operações pix direto (1)	14.458	76.388
Valores em trânsito	7.509	19.333
Total	<u>245.081</u>	<u>208.086</u>

(1) A administração entende que o saldo relativo a relações interfinanceiras mantido junto ao Banco Central não reúne as características necessárias para que seja classificada como sendo um equivalente de caixa.

Em novembro de 2022 a Companhia iniciou o relacionamento como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro, realizando depósito em conta junto ao BACEN, indicando em plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF - transações relacionadas a rubrica Relações Interfinanceiras Ativas.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, com a existência de classificação da conta “Instituição de pagamento - Moeda Eletrônica” que define o código 028 para aplicação em títulos públicos, então veio a contabilizar a partir de então as aplicações em salvaguarda em grupo específico de aplicações financeiras de liquidez. A Companhia esperava implementação por parte do Bacen de norma relativa à rentabilização da conta correspondente a moeda eletrônica para oferecer maior praticidade na obtenção de receita financeira relativa aos montantes em salvaguarda das contas pré-pagas, o que foi bem-sucedido. A Companhia também recebeu autorização junto a Bacen o para conta Pix direto - chamada conta PI aprovada, recursos os quais parte das transações interfinanceiras foram alocados. Esta conta igualmente percebe rentabilização e considera-se como parte do saldo para salva guarda.

Além destes recursos relacionados os saldos atuais registrados em relação ao saldo da conta PI / PIX, a Companhia foi autorizada a operar na modalidade de credenciamento a partir do fim de 2022, com resultados demonstrados em 2023 e no primeiro semestre de 2024, e apresenta registros de valores a receber relacionados a estas transações de pagamento. A conta PI é uma conta garantidora das operações relacionadas as transações de PIX dos clientes, conforme regulamentação vigente, BCB 268/2022

O saldo referente a valores em trânsito, são valores referente a operação como adquirente que foram creditados antecipadamente para os estabelecimentos, porém ainda não liquidados pelos emissores.

5. Outros créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas a receber	1.193	1.269
Serviços prestados a receber	1.193	1.269
Outros créditos diversos	2.371	2.463
Adiantamento e antecipações salariais	1	-
Depósitos judiciais	847	1.017
Impostos a recuperar	1.411	1.004
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2
Outros adiantamentos	3	440
Devedores diversos	107	-
Despesas antecipadas	21	-
Seguros a apropriar	21	-
Total	<u>3.585</u>	<u>3.732</u>

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado de uso e intangível

a) Composição imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 30/06/2024			Saldos em 31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	197	(63)	134	142
Equipamentos de processamento de Dados	20%	1.817	(817)	1.000	922
Equipamentos comunicação e de segurança	20%	91	(35)	56	60
Maquinas e equipamentos	20%	24	(4)	20	16
Benfeitorias em Imóveis terceiros	20%	3.025	(1.093)	1.932	2.183
Total		5.154	(2.012)	3.142	3.323

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023			Saldos em 31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	196	(54)	142	160
Equipamentos de processamento de Dados	20%	1.580	(658)	922	1.229
Equipamentos comunicação e de segurança	20%	86	(26)	60	86
Maquinas e equipamentos	20%	19	(3)	16	18
Veiculo	20%	-	-	-	20
Benfeitorias em Imóveis terceiros	20%	2.974	(791)	2.183	2.778
Terminais de captura	20%	-	-	-	3.382
Total		4.855	(1.532)	3.323	7.673

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação custo imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 30/06/2024</u>
Mobiliário	196	1	-	197
Equipamentos de processamento de Dados	1.580	237	-	1.817
Equipamentos comunicação e de segurança	86	5	-	91
Máquinas e equipamentos	19	5	-	24
Benfeitorias em Imóveis terceiros	2.974	51	-	3.025
Total	4.855	299	-	5.154

<u>Descrição</u>	<u>Saldos em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>
Mobiliário	196	-	-	196
Equipamentos de processamento de Dados	2.040	106	(566)	1.580
Equipamentos comunicação e de segurança	86	-	-	86
Máquinas e equipamentos	19	-	-	19
Veículos	87	-	(87)	-
Benfeitorias em Imóveis terceiros	2.974	-	-	2.974
Terminais de captura (a)	4.621	-	(4.621)	-
Total	10.023	106	(5.274)	4.855

(a) No imobilizado, “terminais de captura”, observa-se que as maiores variações ocorreram pela estratégia de desmobilização de ativos em que os valores foram alienados.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldos em 30/06/2024		Saldos em 31/12/2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Arranjo de pagamento - visa	20%	1.544	(232)	1.312	1.466
Arranjos de pagamento - elo		623	(93)	530	592
Arranjos de pagamento - mastercard		695	(106)	589	659
Total		2.862	(431)	2.431	2.717

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldos em 31/12/2023		Saldos em 31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Arranjo de pagamento - visa	20%	1.544	(77)	1.467	-
Arranjos de pagamento - elo		623	(31)	592	623
Arranjos de pagamento - mastercard		695	(37)	658	56
Total		2.862	(145)	2.717	679

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2024
Arranjo de pagamento - Visa	1.544	-	-	1.544
Arranjos de pagamento - Elo	623	-	-	623
Arranjos de pagamento - Mastercard	695	-	-	695
Total	2.862	-	-	2.862

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Arranjo de pagamento - Visa	-	1.544	-	1.544
Arranjos de pagamento - Elo	623	-	-	623
Arranjos de pagamento - Mastercard	56	639	-	695
Total	679	2.183	-	2.862

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, estimada dos bens, sendo:

- Terminais de Captura - 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos - 20%;
- Computadores e periféricos - 20%;
- Móveis e utensílios - 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 20%
- Veículos - 20%

A amortização dos ativos intangíveis também é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os projetos de desenvolvimento de implementação das bandeiras são amortizados a 20% ao ano.

7. Depósitos

Saldos de livre movimentação	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	221.623	199.427
Total	<u>221.623</u>	<u>199.427</u>

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros passivos circulantes

8.a. Relações Interfinanceiras Passivas

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar aquisição própria	57.693	35.226
Valores a pagar subadquirente	10.001	40.188
Total	<u>67.694</u>	<u>75.414</u>

Em relação ao início das operações de credenciamento, a Companhia apresenta obrigações relacionadas a estas transações de pagamento.

8.b. Outros passivos diversos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Valores a pagar a fornecedores	2.523	2.740
Provisões trabalhistas	649	404
Pinfinance Holding Ltda.	2.500	2.500
Total	<u>5.672</u>	<u>5.644</u>
Não circulante		
Provisões		
Provisão para contingências - Nota 10	149	305
Total	<u>149</u>	<u>305</u>

8.c. Sociais e estatutária

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pinfinance holding Ltda.	-	4.994
Pinbank holding S.A.	-	6
Total	<u>-</u>	<u>5.000</u>

Os dividendos propostos em 2023 foram pagos em maio de 2024 aos acionistas.

9. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ e CSLL	781	311
PIS e COFINS	747	569
ISS	121	83
Outras obrigações tributárias	295	156
INSS a recolher	104	80
FGTS a recolher	23	17
Total	<u>2.071</u>	<u>1.216</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contingências

Em 30 de junho de 2024, as ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, totalizam o montante de R\$ 149 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2023), com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável e possível, que implicam em registro de provisão para contingências:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provável (a) - Nota 8b	149	305
	<u>149</u>	<u>305</u>

(a) O saldo é composto substancialmente pelo processo 5281749-53.2021.8.09.0051 referente Link de pagamento - constentação de valores de cobrança.

A Companhia possui processos judiciais e administrativos em andamento, que foram classificados como contingências possíveis. Com base em pareceres jurídicos, foi estimado que o valor total dessas contingências é de aproximadamente R\$ 2.857. Como a probabilidade de perda é considerada possível, mas não provável, a Companhia não constituiu provisão para esses casos. Continuamos acompanhando esses processos e ajustaremos as estimativas conforme necessário, em resposta a desenvolvimentos significativos ou novas informações.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o montante de capital social totalmente integralizado é de R\$ 23.580 representado por 1.746.667 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas

Em 30 e junho de 2024 o total das reservas contabilizado totalizam o montante de R\$ 7.303 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 1.570), conforme abertura seguir:

i. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2023 o saldo da respectiva reserva é R\$ 2.781. O Valor de 5% refere-se a reserva legal referente ao ano de 2022 que foi contabilizada e aprovada em abril de 2023, conforme deliberações de assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2023.

Em 30 de junho de 2024 o saldo da respectiva reserva é R\$ 1.324 (R\$ 1.324 em 31 de dezembro de 2023).

ii. Reserva especiais de lucro

Em 30 de junho de 2024 o saldo da respectiva reserva é de R\$ 4.366 (R\$ 5.979 em 31 de dezembro de 2023), foram destinados R\$ 1.613 para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 foram destinados o montante de R\$ 5.251 de lucros para reserva para expansão.

12. Dividendos

Em cada exercício social é garantido aos acionistas o direito a um dividendos obrigatório correspondente a 25% do lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/1976. Para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024 foram destinados R\$ 1.613 de Reserva especial de lucro para pagamentos de dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos no 1° semestre de 2024 no valor de R\$ 5.837, sendo que desse montante, R\$ 2.408 correspondem aos dividendos mínimos obrigatórios, estabelecidos no estatuto social. A aprovação dessa distribuição foi realizada através da assembleia geral ordinária.

13. Receitas de intermediação e operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Receita de prestação de serviço		
Conta Digital (a)	28.763	24.878
Adquirência (b)	20.895	1.696
Sub-adquirência (b)	760	5.193
Locação terminais de captura (c)	-	1.112
Rendas de outros serviços	285	-
Total	50.703	32.879
Receitas de intermediação financeira	9.157	6.872
	<u>59.860</u>	<u>39.751</u>

- (a) Receita proveniente de conta digital (Pix, Ted, Boleto manutenção conta);
(b) Adquirência e Subadquirência, receita proveniente de MDR e taxa de antecipação. Com início das operações de adquirência em 2023;
(c) A partir da desmobilização de seus ativos relacionados a terminais de captura ainda no primeiro semestre de 2023, a partir de julho deste mesmo ano a Companhia não recebeu mais receita sobre a locação de terminais de coleta de dados.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Aluguéis	(14)	(2)
Comunicações e Propaganda e publicidade	(134)	(248)
Despesas com processamento de dados	(3.819)	(5.652)
Promoções e relações públicas	(1.066)	-
Prestadores de serviço	(17.972)	(19.975)
Depreciação e amortização	(766)	(907)
Outras despesas administrativas	(662)	(306)
Total	<u>(24.433)</u>	<u>(27.090)</u>

15. Despesas tributárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas Tributárias	(4)	(50)
Despesas de Imp. Serv. Q. Natureza - I.S.S.	(707)	(620)
Despesas de Contr. Ao Cofins	(3.653)	(1.852)
Despesas de Contr. Ao PIS	(738)	(385)
Total	<u>(5.102)</u>	<u>(2.907)</u>

16. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas Com serviços associados a transações de pagamentos (a)	(4.004)	(423)
Outras despesas operacionais (b)	(12.897)	(41)
Total	<u>(16.901)</u>	<u>(464)</u>

- (a) O aumento de R\$ 3.581 foi decorrente do início da operação de aquisição, relacionado às taxas das bandeiras.
- (b) O aumento de R\$ 12.856 refere-se a R\$ 10.107, também decorrentes do início da operação de aquisição, e a R\$ 2.000, resultantes de multa por rescisão contratual com terceiros.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

	<u>30/06/2024</u>
Lucro líquido antes do IR e CS	10.023
(+) Adições	885
(-) Exclusões	(284)
(=) Base de cálculo para IRPJ e CSLL	<u>10.624</u>
IRPJ (15%)	(1.594)
Adicional de IRPJ (10%)	(1.050)
PAT	48
CSLL (9%)	(956)
Despesas de IRPJ e CSLL	<u>(3.552)</u>

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido antes do IR e CS	5.440
(+) Adições	484
(-) Exclusões	-
(=) Base de cálculo para IRPJ e CSLL	5.924
IRPJ (15%)	(887)
Adicional de IRPJ (10%)	(584)
CSLL (9%)	(887)
Despesas de IRPJ e CSLL	(2.358)

Em 30 de junho de 2024 a Pinbank apresentava o montante de R\$ 149 de diferenças temporárias referente a contingência, totalizando um montante de R\$ 37 de imposto de renda e R\$ 13 de contribuição social diferidos, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução n.º 15 do BACEN não terem sido atendidos. Não havia saldo de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda em 30 de junho de 2024.

18. Gestão de risco financeiro

18.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia possui, principalmente, posições de instrumentos financeiros indexados a taxa básica de juros da economia (Selic). A sensibilidade desses instrumentos financeiros aos riscos da taxa de juros que estão expostos, em um cenário de mudança na curva de juros para cima ou para baixo, não apresentam impactos significativos na receita financeira da Pinbank.

(a) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que reduzem o rendimento das aplicações financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não possui dívidas de longo prazo com instituições financeiras na data base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. A Companhia é uma Instituição de Pagamentos, não possui autorização para operar Crédito aos Clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais levando em consideração suas necessidades de caixa a fim de atender à estas demandas operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 30 de junho de 2024:

	Vencimento - Base 30/06/2024		
	Entre 1 e		Total
	Até um ano	2 anos	
Valores a pagar	2.524	-	2.524
Obrigações trabalhistas	649	-	649
Obrigações tributárias	2.071	-	2.071

Em 31 de dezembro de 2023:

	Vencimento - Base 31/12/2023		
	Entre 1 e		Total
	Até um ano	2 anos	
Valores a pagar	2.740	-	2.740
Obrigações trabalhistas	404	-	404
Obrigações tributárias	1.216	-	1.216

(d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia procura monitorar o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meios da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial em comparação com a dívida líquida.

A partir de 1º de julho de 2023, o patrimônio líquido mínimo requerido aplicável à Companhia, segue os termos da Resolução BCB nº198/2022 emitida pelo Bacen, que corresponde aplicação do fator F' ao montante dos ativos ponderados pelo risco para instituição de pagamento (RWAIP), formado pela soma das seguintes parcelas:

- I RWASP, relativa aos serviços de pagamento prestados;
- II RWARCSimp, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada simplificada; e
- III RWACAMSimp, relativa à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada.

O fator F' estabelecido pela BCB nº 198/2022, obedece o seguinte cronograma de aplicação:

- I 6,75%, de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- II 7,50%, de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024;
- III 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia manteve o capital mínimo regulatório exigido.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

a) Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

A Administração entende que os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia se enquadram no nível hierárquico 2 e não houve reclassificações entre níveis nos períodos apresentados.

20. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas seguem as regras conforme CPC 05 (R1). Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou saldo de partes relacionadas conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber de sociedades ligadas - PINBANK HOLDING S.A.	2	2
Valores a pagar sociedades ligadas - Pinfinance Holding Ltda.	<u>(2.500)</u>	<u>(2.500)</u>
	<u><u>(2.498)</u></u>	<u><u>(2.498)</u></u>

21. Remuneração da administração

No semestre findo em 30 de junho de 2024 o montante pago como remuneração a Administração da Companhia foi de R\$ 25 (R\$ 18 em 30 de junho de 2023).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de
dezembro de 2023.**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

Após o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2024 não existiram eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.